

Moraes manda transferir R\$ 18 milhões bloqueados de X e Starlink para União

Moraes determina transferência de R\$ 18 mi bloqueados de X e Starlink para conta da União

Valores foram retidos por descumprimento de ordens do STF; ministro determina desbloqueio de contas

José Marques

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que R\$ 18 milhões das contas da rede social X (antigo Twitter) no Brasil e da Starlink sejam transferidos para conta da União. Após a transferência, as contas bancárias serão desbloqueadas.

O empresário Elon Musk, dono do X, é também acionista da empresa de internet via satélite. Os valores tinham sido bloqueados sob a justificativa de serem usados para pagamento de multas pelo descumprimento de decisões judiciais do STF para retirada de conteúdos do X.

Segundo o STF, o X tinha cerca de R\$ 7,3 milhões nas contas e a Starlink, R\$ 11 milhões. A decisão é da última quarta (11) e foi divulgada nesta sexta (13).

Na quinta (12), Citibank e Itaú comunicaram ao Supremo que cumpriram as determinações e mandaram os valores para a conta da União no Banco do Brasil.

Com o pagamento, Moraes ordenou o desbloqueio das contas,

de veículos automotores e bens imóveis das empresas.

Foi expedido ofício nesse sentido ao Banco Central e foram feitas comunicações oficiais à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e aos sistemas Renajud (de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça) e Cnib (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens).

A decisão não altera o bloqueio do X no Brasil. Procurado pela reportagem, o escritório Demarest Advogados, que defende a Starlink, afirma que por sigilo profissional não comenta assuntos relacionados a seus clientes.

As contas da Starlink foram bloqueadas em agosto. A decisão afirmava que as duas empresas fazem parte do mesmo grupo econômico de Musk.

A medida atingia contas bancárias, posição de custódia de ações, títulos privados, títulos públicos e derivativos, aplicações em fundos de investimento, previdência privada e cartas de consórcio no Brasil, além de veículos automotores, embarcações e aeronaves em nome da empresa.

À época, o ministro também determinou ao BC que não autorizasse nem permitisse qualquer remessa, recebimento, cessão ou envio de dinheiro ou valores para o exterior em relação à empresa.

A justificativa para bloquear as contas foi a falta de representação legal do X no Brasil. A plataforma de Musk anunciou que fecharia o escritório no país após Moraes determinar a derrubada de contas e aplicar multas diárias de mais de R\$ 1 milhão por descumprimento.

Após o bloqueio de contas, Musk comentou a ordem do ministro. Disse, em rede social, que Moraes é um "criminoso da pior espécie, distorção de juiz" e que a esquerda tem apoiado "ditaduras em todo o mundo". "O tirano @alexandre é o ditador do Brasil", escreveu Musk.

Após a decisão de Moraes de derrubar o X no Brasil, a Starlink chegou a sinalizar que descumpria o bloqueio. Depois, recuou.

Em uma publicação no X em que disse que seguiria a decisão, a Starlink chamou de ilegal a decisão que congelou suas contas

R\$ 7,3 milhões

foram localizados nas contas bancárias da rede social X (antigo Twitter)

R\$ 11 milhões

foram localizados nas contas bancárias da Starlink

bancárias e disse que seguiria contestando judicialmente as ordens do Supremo.

No Supremo, tramitam duas ações contra a decisão de Moraes que suspendeu o X e determinou multa a quem usar subterfúgios tecnológicos para a continuidade das comunicações pela plataforma, como o VPN.

Elas ficaram sob a responsabilidade do ministro Kassio Nunes Marques —ele pediu que a PGR e a AGU (Advocacia-Geral da União) se manifestassem.

As ações são ADPPs (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), tipo de processo que questiona se houve desrespeito à Constituição.

Na quarta, o procurador geral da República, Paulo Gonet, se manifestou pela rejeição, sem análise do mérito, dos pedidos contrários à decisão de Moraes.

A decisão de Moraes foi validada pela Primeira Turma do STF, com cinco integrantes, e não foi levada ao plenário, composta pelos 11 ministros. Gonet disse que a decisão da turma "corresponde a decisão do Supremo".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 15